

Rating

A

Obrigações protegidas por elevadas margens de cobertura para o pagamento de juros e principal. Obrigações suportadas por garantias seguras. A capacidade de pagamento é forte. O risco de crédito é baixo.

Data: 09/abr/2007

Validade: 09/abr/2008

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 9 de abril de 2007, confirmou o *Rating A* para a 2ª Emissão de Debêntures da Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S.A. – CONCEPA, realizada em 1º de junho de 1998. Esta classificação traduz obrigações protegidas por elevadas margens de cobertura para o pagamento de juros e principal, suportadas por garantias seguras. A capacidade de pagamento é forte e o risco de crédito é baixo.

Trata-se da 2ª emissão de Debêntures, no valor de R\$ 78 milhões, compreendendo 78 mil títulos de R\$ 1 mil cada, pagando juros mensais equivalentes à taxa anual de 14% e tem seu valor de face corrigido a cada ciclo de um ano, respeitando a variação do IGP-M no período. Os títulos foram emitidos em 1º de junho de 1998, com 3 anos de carência do principal e vencimentos em sete parcelas anuais, sendo que a última parcela será liquidada em setembro de 2007. Considerando o cronograma de investimentos praticamente já realizado, e a pontualidade observada nos pagamentos até o presente momento, entendemos que para o exercício de 2007, quando da realização da amortização da última parcela da presente emissão, à semelhança dos juros pagos, a empresa apresentará fundamentos financeiros compatíveis para honrar essas obrigações.

A Concepa, conforme seu estatuto social, tem por objeto a exploração, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, da Rodovia BR 290/RS, no trecho Osório – Porto Alegre, entroncamento BR-116 (entrada para Guaíba) e dos respectivos acessos, num trecho de 121,0 km, realizando inclusive a recuperação, manutenção, monitoramento e operacionalização da rodovia por um período de 20 anos, com possibilidade de prorrogação para mais 20, a partir de 4 de julho de 1997. A companhia é controlada pela Triunfo Participações e Investimentos S/A, que por sua vez, detém investimentos relevantes em outras concessões rodoviárias, geradoras de energia, estacionamentos e porto.

Este lançamento de debêntures constitui operação de financiamento dentro da equação de fundos da empresa, visando a captação de recursos de longo prazo, para a execução de obras na rodovia sob concessão.

Os critérios de classificação adotados nesta análise encontram-se em sintonia com a política de avaliação de risco adotada pelo Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating. A classificação atribuída está fundamentada na capacidade de pagamento da empresa, levando-se em conta os efeitos do ambiente econômico, a concorrência, as características qualitativas (estratégias, profissionalização administrativa, tradição no mercado, dentre outros) e quantitativas (estruturas financeiras e operacionais) da própria empresa e a capacidade do grupo.

A manutenção do *rating* fundamenta-se na estabilidade dos diversos fatores de risco relacionados à atividade da empresa que vêm sendo monitorados desde o início da primeira emissão das debêntures, entre os quais destacam-se: i) aumento contínuo da arrecadação da empresa; ii) pagamento pontual dos juros e amortizações referentes às duas emissões restando apenas uma parcela de amortização para 2007, referente à emissão de debêntures de 1998; iii) compromisso da empresa na formação de um fundo de reservas para o pagamento das debêntures que, segundo relatório da Planner CTVM S.A., está sendo cumprido;

Analistas:

José Mauro Ferraz
Tel.: 55 11 3377 0706
jose.ferraz@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel.: 55 11 3377 0707
Fax: 55 11 3377 0739
www.austin.com.br

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO-PORTO ALEGRE S/A - CONCEPA

iv) celebração de instrumento particular de prestação de serviços bancários para reservas de pagamento com a criação de uma conta reserva específica, do qual fazem parte o Agente Fiduciário, a Concepa e o Banco Bradesco, com a finalidade de cumprimento da formação do fundo de reserva; v) investimento na recuperação, manutenção e melhoria da rodovia como forma de cumprimento do contrato firmado na concessão e eliminação dos riscos de interferências governamentais; vi) a Concepa dispõe de controles operacionais adequados, garantindo a normal arrecadação nas praças de pedágio e formação dos fundos de reserva para o pagamento das obrigações da 2ª e 3ª emissão de debêntures e da emissão das CCBs (Cédula de Crédito Bancário); vii) demonstrações financeiras auditadas.

O *rating* também leva em consideração a evolução dos fundamentos econômico-financeiros da Concepa, que apesar de uma ligeira piora em algumas rubricas e melhoria em outras, não se configura em motivo para rebaixamento ou aumento da nota. Deve-se ressaltar que parte da piora nos resultados é consequência de despesas e custos referentes a problemas no relacionamento entre a Concepa e o Consórcio Construtor TRS, que será melhor explicado mais adiante. Os principais aspectos considerados na análise financeira foram: i) o endividamento permaneceu quase inalterado para os anos de 2004 e 2005, tendo a empresa um aporte de capital neste último período de aproximadamente R\$ 3,5 milhões ficando o índice de endividamento total/patrimônio líquido (PL) igual a 1,67x, 1,58x e 1,97x para os anos 2004, 2005 e 2006. É importante explicar que o índice diminuiu em 2005 pela manutenção do nível de endividamento e o aumento do capital social e o mesmo índice aumentou em 2006 devido ao aumento do endividamento e redução do PL em consequência do prejuízo ocorrido; ii) a liquidez, representada pelo índice de liquidez corrente, apresentou um ligeiro aumento ficando em 10%, 12% e 23% para os anos 2004, 2005 e 2006, representando uma melhora de perfil (é preciso ressaltar que esta empresa tem quase que a totalidade de seus recebimentos à vista, o que permite que ela trabalhe com reduzido nível de liquidez); iii) a empresa registrou uma piora nos seus resultados com reflexo na redução de suas margens, ficando a margem líquida em 2,01%, 2,19% positivos e 10,48% negativos para os três anos considerados (ressaltando o problema, já mencionado, na relação entre Concepa e Consórcio Construtor TRS, que provocou o lançamento de despesas financeiras e custos de exercícios anteriores no exercício de 2006, contribuindo para maior parte do prejuízo); iv) apesar do prejuízo, a capacidade de geração de caixa ficou relativamente estável, reduzindo-se de 2004 para 2005 e tornando a aumentar em 2006, ficando o EBITDA em R\$ 41,7, R\$ 32,7 e R\$ 37,9 milhões para os respectivos anos; v) porém a margem EBITDA (EBITDA/Receita Líquida*100) reduziu-se, ficando em 67%, 47% e 45% para os anos considerados neste relatório; vi) a capacidade de geração de caixa em relação ao endividamento e pagamento de juros sofreu uma ligeira piora ficando os índices de Dívida Total/EBITDA em 2,73x, 3,52x e 3,43x, Dívidas de Curto Prazo/EBITDA em 1x, 1,38x e 1,34x e EBITDA/Juros em 1,82x, 1,85x e 1,22x. Mesmo com a piora de alguns índices que refletem o resultado da empresa, existe uma tendência de melhora no desempenho desta como um todo, visto que, as despesas com manutenção da rodovia tendem a se reduzir e no próximo ano não haverá despesas geradas pelo problema de relacionamento entre a Concepa e Consórcio Construtor TRS.

A perspectiva estável do *rating* traduz a opinião desta agência de que a Concepa continue honrando os compromissos, não sendo identificada variável do ambiente interno ou externo da empresa que possa inviabilizar a continuidade e normalidade das operações. Com base no que foi realizado para os três exercícios anteriores (2004, 2005 e 2006), projeta-se para o exercício de 2007 a capacidade de sustentação do fluxo de pagamento dos títulos da presente emissão. A probabilidade de insuficiência de recursos para o pagamento das obrigações foi considerada baixa. Em 2006, incluindo as obrigações com a 2ª e com a 3ª emissão, a empresa pagou juros líquidos de aproximadamente R\$ 18 milhões e amortização no valor de R\$ 25 milhões e concretizou o cronograma de investimentos programado para o ano, num total aproximado de R\$ 19 milhões, o qual foi sustentado pela 3ª emissão de debêntures realizada em abril de 2004. Em 2006, a Concepa pagou juros líquidos no valor de R\$ 29,5 milhões e amortizações no valor de R\$ 25,7 milhões. A perspectiva estável também considera que para os próximos anos a Concepa terá custos de prestação de serviços, em relação à receita líquida, menores, em função da menor necessidade de gastos na manutenção da rodovia, bem como a redução nas despesas financeiras e uma pequena redução nos custos de prestação de serviços devido à resolução dos problemas com a TRS. A Austin continuará

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO-PORTO ALEGRE S/A - CONCEPA

monitorando a Concepa, podendo mudar a classificação atual caso haja piora em seu desempenho econômico-financeiro.

Fatores Positivos

- A receita líquida da Concepa, que constitui a principal fonte para pagamento das debêntures, é oriunda de fontes pulverizadas, tendo como base a arrecadação de três praças de pedágio em rodovia com histórico de tráfego maduro, denotando maior previsibilidade;
- Crescimento contínuo da arrecadação e da receita líquida nos últimos três anos;
- A Concepa vem cumprindo todas as obrigações descritas na escritura de emissão, bem como outras obrigações financeiras, pagando pontualmente os juros mensais da 2ª e da 3ª emissão de debêntures, bem como a 6ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures;
- Presença de um fundo de reserva extraído da receita diária de pedágio, destinado ao pagamento de juros e amortização das duas emissões (2ª e 3ª). A referida conta está sendo mantida junto ao Banco Bradesco;
- Equilíbrio entre a capacidade de geração de caixa e as obrigações decorrentes das debêntures emitidas pela Concepa. O cronograma de pagamento da 3ª emissão foi programado de forma que as duas parcelas de amortização (2009 e 2010) não coincidam com as da 2ª emissão, que terá a última parcela de amortização em outubro de 2007;
- Demonstrações financeiras auditadas.

Fatores em Observação

- A emissão não possui garantias reais. Sendo subordinadas, as debêntures não têm preferência de pagamento com relação a qualquer outro credor da sociedade;
- Houve uma ligeira piora nos resultados provenientes do aumento dos custos operacionais da empresa e um pequeno aumento do endividamento, principalmente devido à emissão de CCBs no valor de R\$ 35 milhões.

CARACTERÍSTICAS DA 2ª EMISSÃO

Refere-se à 2ª Emissão de Debêntures, no valor de R\$ 78 milhões, compreendendo 78 mil títulos de R\$ 1.000 cada, cujo valor de face tem como data base 01 de junho de 1998. Os títulos pagam juros mensais com valor de face corrigido a cada ano, de acordo com a variação do índice IGP-M no período. A amortização dos títulos será em sete parcelas, com o valor corrigido até a data efetiva do pagamento.

As principais características da emissão são as seguintes:

Data da emissão:	1º de junho de 1998;
Data de Vencimento:	109 meses, contados a partir de 1º de setembro de 1998, vencendo, portanto em setembro de 2007;
Valor total da emissão:	R\$ 78 milhões;
Quantidade de debêntures:	78 mil;
Valor nominal:	R\$ 1.000;
Série:	única;
Forma, espécie e conversibilidade:	as debêntures são nominativas, da espécie subordinada e não conversíveis em ações;
Remuneração fixa:	pagamento mensal equivalente a 1,098% ao mês sobre o valor unitário das debêntures em circulação, atualizado pelo IGP-M;

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO-PORTO ALEGRE S/A - CONCEPA

Remuneração Variável:	pagamento mensal equivalente a 3% sobre a receita operacional bruta da emissora;
Atualização monetária:	anual segundo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) da FGV-RJ;
Amortização:	em 7 parcelas anuais, conforme tabela a seguir:

Data	Parcela	Data	Amortização	Status
37 ^o mês	1 ^a	Outubro de 2001	14,285 %	Pago
49 ^o mês	2 ^a	Outubro de 2002	14,285 %	Pago
61 ^o mês	3 ^a	Outubro de 2003	14,285 %	pago
73 ^o mês	4 ^a	Outubro de 2004	14,285 %	Pago
85 ^o mês	5 ^a	Outubro de 2005	14,285 %	Pago
97 ^o mês	6 ^a	Outubro de 2006	14,285 %	Pago
109 ^o mês	7 ^a	Outubro de 2007	14,285 %	-

Período de carência:	3 anos, a contar da data base (1 ^a de setembro de 1998);
Vencimento antecipado:	O agente fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da escritura de emissão e exigir o pagamento pela emissora, no valor total das debêntures em circulação, acrescidos dos rendimentos apurados até o término do último mês do calendário, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses: (i) inadimplência da emissora, com referência às obrigações assumidas na Escritura; (ii) interrupção definitiva da concessão por ação do poder concedente ou da própria emissora pela rescisão do Contrato de Concessão firmado entre a emissora e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem;
Fundo de reserva (juros):	parcela fixa provisionada até atingir parcela de juros proporcional ao total de debêntures em circulação, parcela variável estimada segundo a última receita operacional disponível;
Fundo de reserva (amortização):	constituída a partir do vigésimo quinto mês;
Repactuação:	Não há.

Participantes

Emissora:	Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. – CONCEPA;
Agente Fiduciário:	Planner CTVM S.A.;
Mandatário:	Banco Itaú S.A.;
Estruturador:	Unitas DTVM S.A.;
Conta Reserva:	Banco Bradesco S.A.;
Auditor Externo:	Deloitte Touche Tohmatsu.

A EMITENTE

A Concepa, conforme seu estatuto social, tem por objeto a exploração, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, da Rodovia BR 290/RS, no trecho Osório – Porto Alegre, entroncamento BR-116 (entrada para Guaíba) e dos respectivos acessos, realizando inclusive a recuperação, manutenção, monitoramento e operacionalização da rodovia. O período da concessão celebrado com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, atualmente substituído pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, foi fixado em 20 anos a partir de 4 de julho de 1997 e a extensão do trecho concedido foi de 112,3 km. Em 25 de outubro de 2005 foi celebrado um

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO-PORTO ALEGRE S/A - CONCEPA

aditivo ao contrato de concessão, incorporando à administração da Concepa, um trecho adicional de 8,7 km, cuja extensão aumenta de 112,3 km para 121,0 km – iniciam no km 291,2, encerrando no km 299,9 da BR-116, que iniciou-se com obras de recuperação, ampliação e modernização. Considerando-se que ao longo do ano de 2005 nos 121,0 km de concessão foram investidos R\$ 31,1 milhões em obras. Os recursos aplicados na concessão são oriundos de receitas de pedágio, aportes de capital dos acionistas e financiamentos de curto e longo prazos obtidos junto a instituições financeiras e fornecedores. A possibilidade de prorrogação por mais 20 anos consta do contrato de concessão. De acordo com o contrato, a Concepa assumiu a administração da rodovia com a previsão de realizar altos investimentos nos primeiros oito anos. Os investimentos estão sendo financiados pelas receitas de pedágio (recebíveis à vista), financiamentos de curto e longo prazo e aporte de capital dos acionistas.

O controle acionário da Concepa encontra-se dividido entre as empresas Triunfo Participações e Investimentos S.A. (70% do capital total) e SBS Engenharia e Construções (30%). Além da Concepa, a Triunfo Participações e Investimentos S.A. participa nas seguintes concessionárias: Cia. de Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio (Concer) com 62,5% de participação; Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (Econorte) com 50%; Estacionamentos Cinelândia S.A. (Cinelândia) com 20%; Portonave S.A. Terminais Portuários de Navegantes (Portonave) com 20,0%; Rio Verde Energia S.A. (Rio Verde) com 99,9%; Participação e Empreendimentos República S.A. (Persa) com 50% de participação; e Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. (Ecovale) com 52,5% de participação

A receita bruta da Concepa foi de R\$ 91 milhões em 2006, representando um aumento de 18% em relação a 2005 que foi de R\$ 76,9 milhões, que por sua vez foi superior em 9% em relação a receita de 2004, que foi de R\$ 70 milhões. A receita líquida no ano de 2006 foi de R\$83,8 milhões, representando um crescimento de 19,22% em relação a 2005, que foi de R\$ 70,3 milhões, que por sua vez foi superior a receita de 2004 em 13%, que foi de R\$ 62,2 milhões. No total, houve um aumento de 34,73% da receita líquida de 2006 em relação a 2004. O aumento se deu em função do reajuste nas tarifas de acordo com o contrato de concessão e do aumento do número de veículos em circulação.

A arrecadação é feita em três praças: nos municípios de Santo Antônio da Patrulha e Eldorado do Sul, onde a cobrança é unidirecional e, em Gravataí, bidirecional. São utilizadas as modalidades manual e automática, com o uso de chip do sistema auto expresso. As três praças estão interligadas *on line* com a administração da concessionária, proporcionando maior eficiência na fiscalização e consolidação dos dados da arrecadação. As tarifas de pedágio são definidas pelo Governo Federal.

Em 2005, o EBITDA foi de aproximadamente R\$ 32,7 milhões, contra obrigações com juros e amortizações no montante aproximado de R\$ 41,7 milhões, sendo a diferença complementada com a emissão de debêntures realizada em 2004. Já em 2006, o EBITDA foi de aproximadamente R\$ 38 milhões, contra obrigações com juros e amortizações no valor de R\$ 55 milhões, sendo a diferença complementada com a emissão de CCBs. A Concepa emitiu CCBs em 2006 no valor de R\$ 37,9 milhões, cujos recursos foram destinados, além do pagamento de juros e amortização de financiamentos, empréstimos e debêntures da segunda e terceira emissão, para os investimentos no trecho de 8,7 quilômetros incorporados a concessão em outubro de 2005. O valor do principal será indexado a variação do IGPM, sobre o qual incide juros de 11% ao ano. O pagamento dos juros será efetuado mensalmente, a partir do mês seguinte ao da emissão e o principal será amortizado em 5 parcelas anuais, com carência de 36 meses da emissão para o pagamento da primeira parcela.

É importante salientar que a evolução negativa do resultado operacional de R\$ 929 mil em 2004 para R\$ 1,2 milhão negativos em 2005 e R\$ 16,12 milhões negativos em 2006 deveu-se ao impacto provocado pelo aumento no custo dos serviços prestados (R\$ 16,4 milhões em 2004 para R\$ 30,4 milhões em 2005 e R\$ 38,2 milhões em 2006). Esse crescimento nos custos dos serviços prestados se deve a gastos com manutenção e conservação da rodovia, incluindo pavimento, elementos de proteção e segurança, obras especiais, canteiro central, encargos com pessoal, contas de utilidades e serviços públicos. Outro evento que impactou negativamente no resultado da Concepa em 2006 foi uma controvérsia de relacionamento com Consórcio Construtor TRS, que presta serviços na construção e

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO-PORTO ALEGRE S/A - CONCEPA

restauração da rodovia. Para a resolução do problema, foi contratada uma empresa para exercer a função de árbitro (mediador) que decidiu pelo pagamento da Concepa a TRS no valor de aproximadamente R\$ 12 milhões, correspondentes ao pagamento de juros, custos e outros valores.

No resultado financeiro do exercício de 2005, a Concepa registrou declínio das despesas financeiras que se referem aos juros das debêntures emitidas em 1998 (R\$ 78 milhões), das debêntures emitidas em 2004 (R\$ 20 milhões) e dos financiamentos com instituições financeiras, totalizando R\$ 25,9 milhões de juros em 2004 e R\$ 19,8 milhões em 2005. Porém houve um aumento das despesas financeiras em 2006, em relação aos dois últimos anos, que se referem, além dos juros pagos referentes às dívidas anteriormente citadas, a juros provenientes da emissão das CCBs neste ano, totalizando R\$ 31 milhões de reais em juros. Uma boa parte do aumento deste juro também se deve ao problema da Concepa com a TRS.

Em 2005, foi apurado lucro líquido de R\$ 1,57 milhão e em 2004 de R\$ 1,25 milhão. O patrimônio líquido passou de R\$ 68,3 milhões em 2004, para R\$ 73 milhões em 2005, principalmente devido ao aporte de capital pelos acionistas no valor de aproximadamente R\$ 3,57 milhões. Porém, em 2006, a Concepa apurou prejuízo de R\$ 8,78 milhões com decréscimo do patrimônio líquido para R\$ 66 milhões.

	2006	2005	2004
RECEITA OPERACIONAL BRUTA (Arrecadação de pedágio)	91.064	76.919	70.325
Deduções da Receita Bruta (Impostos sobre os serviços)	(7.257)	(6.622)	(8.165)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	83.807	70.297	62.160
Custo dos serviços prestados	(38.139)	(30.495)	(16.433)
Depreciação	(16.417)	(11.026)	(10.715)
Depreciação da reavaliação de ativos	(5.197)	(5.197)	(5.197)
TOTAL DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(59.753)	(46.718)	(32.345)
LUCRO BRUTO	24.054	23.579	29.815
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	(8.195)	(7.159)	(6.138)
Depreciação	(229)	(202)	(160)
Receitas financeiras	1.480	2.105	3.024
Despesas financeiras	(31.032)	(19.834)	(25.984)
Remuneração dos administradores	(711)	(909)	(799)
Outras receitas	1.202	1.220	1.171
Total das despesas operacionais líquidas	(7.933)	(24.779)	(28.886)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(16.121)	(1.200)	929
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	48	52	53
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONT. SOCIAL	(13.383)	(1.148)	982
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	-	(1.017)	(1.500)
Diferido	4.603	3.743	1.767
	-	2.726	267
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(8.780)	1.578	1.249
EBITDA	41.700	32.751	37.964

Os recursos provenientes das emissões de Debêntures e CCBs propiciaram reforço do caixa necessário à concretização dos investimentos, que encontram-se diretamente relacionados com o objeto social da Concepa, qual

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO-PORTO ALEGRE S/A - CONCEPA

seja em melhorias na BR-290, realizadas ao longo do período da concessão, segundo os montantes que haviam sido planejados. O fluxo de investimentos previstos no contrato de concessão, após oito anos de seu início, foi praticamente concretizado até 2005. O maior volume de investimentos ocorreu no período de 1997 a 2005, podendo a empresa, caso julgue necessário, efetuar novos gastos.

Apesar do grande volume de investimentos já realizados na rodovia, haverá ainda novos investimentos, porém estes necessitarão de um volume menor de recursos. Caso novos investimentos sejam incorporados, além daqueles previstos, os recursos necessários para sua execução serão provenientes das receitas de pedágio, com aumento da tarifa ou do prazo de concessão, aporte de capital dos acionistas e captação de recursos de terceiros, inclusive com novas emissões de títulos, como foi o caso da emissão das CCBs em 2006. A inclusão dessas novas obras só é feita após a realização de análises aprovadas pela concessionária e pelo poder concedente, em conjunto, de maneira a concluir que o equilíbrio econômico-financeiro seja mantido.

Para o cumprimento da formação do fundo de reserva, foi celebrado Instrumento Particular de Prestação de Serviços Bancários e Reservas de Meios de Pagamento, do qual fazem parte o Agente Fiduciário, a Concepa e o Banco Bradesco. As reservas são constituídas em conta corrente específica, denominada conta reserva. A arrecadação dos pedágios é centralizada nessa conta corrente, denominada conta principal, e desta conta principal parte da receita, conforme definido na escritura de emissão, é transferida para a conta reserva. A Concepa dispõe de controles operacionais adequados, garantindo a normal arrecadação nas praças de pedágio e formação dos fundos de reserva para o pagamento das obrigações da 2ª e 3ª emissão de debêntures.

Classificação da Austin Rating

Obrigações de Longo Prazo

Grau de Investimento

- AAA** Obrigações protegidas por excepcionais margens de cobertura para o pagamento de juros e principal. Obrigações suportadas por garantias sólidas sendo consideradas como a melhor qualidade de crédito. A capacidade de pagamento é extremamente forte. O risco de crédito é quase nulo.
- AA** Obrigações protegidas por ótimas margens de cobertura para o pagamento de juros e principal. Obrigações suportadas por garantias sólidas. A capacidade de pagamento é muito forte. O risco de crédito é muito baixo.
- A** Obrigações protegidas por elevadas margens de cobertura para o pagamento de juros e principal. Obrigações suportadas por garantias seguras. A capacidade de pagamento é forte. O risco de crédito é baixo.
- BBB** Obrigações protegidas por boas margens de cobertura para o pagamento de juros e principal. Obrigações suportadas por garantias seguras. A capacidade de pagamento é adequada. O risco de crédito é moderado.

Grau Especulativo

- BB** Obrigações protegidas por moderadas margens de cobertura para o pagamento de juros e principal. Obrigações suportadas por garantias moderadas e apresentam menor probabilidade de *default* entre os títulos com grau especulativo. A capacidade de pagamento é fraca. O risco de crédito é relevante.
- B** Obrigações protegidas por moderadas margens de cobertura para o pagamento de juros e principal. Obrigações suportadas por garantias fracas. A capacidade de pagamento é muito fraca. O risco de crédito é Alto.
- CCC** Obrigações pouco protegidas pelas circunstâncias operacionais desfavoráveis da instituição. Obrigações suportadas por garantias fracas. A capacidade de pagamento é extremamente fraca. O risco de crédito é muito alto.
- CC, C** Obrigações desprotegidas pelas circunstâncias operacionais negativas da instituição. Obrigações não suportadas por garantias. Existe uma grande incerteza quanto ao pagamento dos juros e principal. O risco de crédito é extremamente alto.
- D** Pagamento em situação de *Default*.

A escala de rating de crédito de longo prazo prevê a utilização dos diferenciadores + (mais) e – (menos) entre as categorias AA e B. Estes diferenciadores servem para identificar uma melhor ou pior posição dentro destas categorias de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O *rating* pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de *rating* e metodologias, acesse: www.austin.com.br

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.